



## **Deficientes visuais no Jornal Nacional: uma análise sobre a representação telejornalística desse público<sup>1</sup>**

Marcello Pereira MACHADO<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

### **RESUMO**

Este artigo aproxima os estudos de comunicação e identidades ao analisar a representação midiática de pessoas com deficiência visual no principal noticiário televisivo brasileiro. Foram avaliadas seis matérias exibidas pelo Jornal Nacional (TV Globo) entre fevereiro e junho de 2011, contendo referência à cegueira e/ou a cegos. Apresentam-se assuntos como deficiência visual, identidades, estigma, marginalização e telejornalismo. Verificou-se o destaque a “cegos vencedores”, que superaram a deficiência e já parecem estar incluídos, quase sempre com o apoio de videntes (não cegos). Notou-se que o telejornal traz contribuições, embora silencie outras questões, podendo avançar na consolidação da inclusão. Por fim, ressalta-se a importância da audiodescrição em telejornais, em prol da cidadania e do direito à informação por cegos.

**PALAVRAS-CHAVE:** deficiência; identidade; inclusão; representação; telejornalismo.

### **1. Introdução**

Numa sociedade que por vezes (super)valoriza o visual e a absolutização da normalidade, a cegueira – incapacidade de ver diante da perda ou da ausência da percepção dos estímulos visuais – é frequentemente mal compreendida, apesar de atingir parcela expressiva da população mundial: aproximadamente 37 milhões de pessoas. Um dado preocupante observado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é o de que entre 1 e 2 milhões de novos casos de cegueira surgem anualmente no planeta, havendo uma inquietante projeção de que o número de cegos aumente para em torno de 75 milhões até 2020 (PASCARETTA JÚNIOR, 2008). No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou, pelo Censo de 2000, que existiam em torno de 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência (14,5% da população nacional) – cerca de 48% desse universo (16,6 milhões de pessoas aproximadamente) com deficiência visual, sendo que em torno de 150 mil eram totalmente cegas.

Ao longo da história, preconceitos com relação aos deficientes visuais vêm gerando a injusta limitação de oportunidades. Em muitas ocasiões, a comiserção com relação ao cego – e a pessoas com outras deficiências – consiste mais numa desculpa para que a sociedade possa livrar-se da diferença, às vezes incômoda, e das demandas

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Telejornalismo do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Faculdade de Comunicação-UFJF. Email: marcelloacesso@yahoo.com.br.



requeridas pela diversidade. Enquanto isso, persistem inúmeras formas de exclusão por violência física e simbólica contra deficientes, frequentemente considerados inferiores, menos capazes, dependentes, coitados, o que os torna um público marginalizado.

Nesse sentido, o artigo avalia trechos de texto verbal e imagens contidos em seis matérias veiculadas pelo Jornal Nacional (TV Globo) entre fevereiro e junho de 2011, fazendo alusão à deficiência visual e/ou a cegos. O objetivo é identificar como se dá, em tais reportagens, a representação telejornalística dessa parcela social que, por vezes, ainda é estigmatizada. Compondo o caminho teórico até essa análise empírica, apresentam-se, a seguir, conceitos e princípios acerca de temas relevantes como deficiência visual, identidade, estigma, marginalização, telejornalismo e representação. Além disso, o estudo perpassa por assuntos como cidadania e direito à informação, propondo reflexões contemporâneas sobre integração e inclusão sociais e realçando a importância do recurso de audiodescrição em telejornais, para que se beneficie a fatia da audiência composta por telespectadores com deficiência visual.

## **2. Deficiência visual, identidades e estigma: uma perspectiva social**

Num percurso histórico do deficiente visual na sociedade, observa-se que o lado místico da cegueira encontrou repercussão desde a antiga Grécia, onde alguns cegos eram venerados como profetas, associando-se seu desenvolvimento dos outros sentidos à capacidade de realizar milagre. Desde os tempos medievais até dois séculos posteriores, os cegos comumente viviam em suas casas em instituições chamadas de *asylums*, recebendo algum suporte de governantes. Somente ao fim do século XX, mais especificamente a partir da década de 1980, observa-se um movimento que tende a valorizar pessoas com deficiência e a integrá-las no meio social.

Os professores João Franco e Tércia Dias distinguem (2005) integração e inclusão. Eles mencionam (2005, p. 5) que o princípio filosófico/ideológico que norteou a definição e as práticas de integração foi o da normalização, objetivando a adaptação do deficiente às exigências ou necessidades da sociedade como um todo. Já a partir da década de 1990, passou a vigorar a chamada era da inclusão, “em que as exigências não se referem apenas ao direito da pessoa com deficiência à integração social, mas sim, ao dever da sociedade, como um todo, de se adaptar às diferenças individuais” (idem). Os autores comparam (ibidem, p. 6) que o processo de integração busca normalizar a pessoa com deficiência e atribuir-lhe a responsabilidade de adequação ao meio social, não propondo “nenhuma mudança na estrutura social vigente, cabendo ao indivíduo a



responsabilidade de se ‘adequar’ ao sistema”, enquanto a inclusão vai além, por exemplo, da inserção dos alunos na escola, “exigindo uma mudança na estrutura social vigente, no sentido de se organizar uma sociedade que atenda aos interesses de todas as pessoas, indiscriminadamente.” Esse processo inclusivo denuncia as desigualdades e o desrespeito a minorias, “reivindicando não só a mudança de estruturas físicas, mas também de concepções, pensamento e planejamento da sociedade, (...) em que as diferenças individuais sejam respeitadas e não menosprezadas” (idem).

Segundo os professores Peter Berger e Thomas Luckmann (2007, p. 87), qualquer desvio radical da ordem institucional toma caráter de um afastamento da realidade, podendo ser taxado como depravação moral, doença mental ou ignorância, por exemplo (ibidem, p. 93). Indubitavelmente, a ideia semântica de deficiência, doença e anormalidade aponta para a construção social sobre a noção de eficiência e normalidade em certa sociedade e num dado momento histórico.

Abordando a questão identitária na pós-modernidade, o teórico cultural Stuart Hall considera (2000, p. 8) que as identidades modernas estão sendo descentradas, deslocadas e fragmentadas. De acordo com ele, novas identidades emergentes têm a ver com novos movimentos sociais, a exemplo de lutas negras, feminismo e ações antinucleares, ecológicas e por libertação nacional – cabe acrescentar a luta pelos direitos da pessoa com deficiência. Afinal, a identidade muda conforme o modo “como o sujeito é interpelado ou representado” (ibidem, p. 21). Realmente, a identidade é algo formado ao longo do tempo, “e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. (...) [Sua unidade] permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’” (ibidem, p. 38). Diante disso, Hall defende (ibidem, p. 39) que, em vez de se falar da identidade como coisa acabada, o preferível seria falar de identificação, como processo em andamento. “Eu sei quem ‘eu’ sou em relação com ‘o outro’ (por exemplo, minha mãe) que eu não posso ser” (ibidem, p. 40-41).

O professor Homi Bhabha percebe (2001, p. 19) um momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. Ele contrasta (ibidem, p. 21) a lógica binária, de identidades de diferença (negro/branco, eu/outro), e a interação simbólica, ligação que constrói a diferença entre superior e inferior, negro e branco, por exemplo. O autor pondera (p. 25) que, cada vez mais, as culturas nacionais estão sendo formadas a partir da perspectiva de minorais destituídas e observa que “é somente pela compreensão da ambivalência e do antagonismo do desejo do Outro que podemos evitar



a adoção cada vez mais fácil da noção de um Outro homogêneo, para uma política celebratória, oposicional, *das margens ou minorias*” (p. 87, grifo meu). De fato, é preciso considerar as necessidades do outro para que se evitem generalizações, simplificações e reducionismos homogêneos, de forma que não se devem negar diferenças, mas, ao contrário, considerá-las em políticas de atendimento específicas.

Para distinguir identidade e diferença, a jornalista Kelly Scoralick exemplifica: “a identidade é simplesmente aquilo que se é: *sou brasileiro* (não sou japonês, não sou americano), *sou negro* (não sou branco) etc. Já a diferença é aquilo que o outro é: *ela é italiana, ela é branca* etc.” (2009, p. 194, grifos da autora). Ela acentua (idem) que ambas são criações sociais e culturais, de modo que a identidade é marcada pela diferença; esta, por sua vez, é sustentada pela exclusão. “Quando dividimos o mundo entre *nós* e *eles*, passamos a classificar. Onde existe a diferenciação estabelecida pela identidade e diferença, está presente o poder de incluir ou excluir, de determinar quem está dentro e quem está fora” (idem) – logo, trata-se de uma forma de demarcar fronteiras, classificar o sujeito e normalizar. “A normalização é uma forma sutil de manifestação do poder e de hierarquização das identidades e das diferenças” (idem), haja vista que é por meio da representação que identidade e diferença associam-se a sistemas de poder – o binômio maioria/minoria não se refere, pois, a conceitos necessariamente quantitativos, já que pode haver numericamente mais pobres, por exemplo, embora continuem compondo minorias, conforme ressalva Kelly.

Nesse sentido, corpos deficientes são, com frequência, “marcados”, claramente identificáveis e estigmatizados. O sociólogo Erving Goffman retoma a história (1982, p. 5) ao explicar a origem do termo estigma: os gregos, que conheciam muitos recursos visuais, criaram essa palavra para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar algo de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Hoje em dia, o autor ressalta que a expressão é amplamente usada, de maneira até um tanto semelhante ao sentido literal original, uma vez que a sociedade define os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada categoria. “Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, (...) sem pensar no seu significado original” (ibidem, p. 8).

Goffman distingue normalização e “normificação” – “o esforço, por parte de um indivíduo estigmatizado, em se apresentar como uma pessoa comum, ainda que não esconda necessariamente o seu defeito” (ibidem, p. 29). O “bom ajustamento” requer



que o estigmatizado se aceite, alegre e inconscientemente, como igual aos normais, enquanto, simultaneamente, se retire voluntariamente daquelas situações em que os normais considerariam difícil manter uma aceitação semelhante (ibidem, p. 104). Segundo ele, exige-se do indivíduo com estigma que se comporte de maneira tal que não signifique nem que sua carga é pesada, “nem que carregá-la tornou-o diferente de nós; ao mesmo tempo, ele deve-se manter a uma distância tal que nos assegure que podemos confirmar, de forma indolor, essa crença sobre ele” (ibidem, p. 105).

### **3. Comunicação, telejornalismo, marginalização e representação: pressupostos**

Numa antologia (2004) do pesquisador Luiz Beltrão, percebe-se que, “por si só, a parcela marginalizada da população brasileira não tem condições de emergir do submundo em que vegeta” (2004, p. 61). Assim, para o jornalista, participação reclama comunicação: “se não ponho em comum as ideias, sentimentos e informações de que disponho e não recebo de volta a reação do outro, jamais estabecerei um elo entre mim e minha audiência” (ibidem, p. 62). Porém, nem sempre, é o que ocorre – meios de comunicação massivos, especialmente na TV aberta, desconhecem, esquecem ou ignoram a existência de pessoas com deficiência visual do outro lado da tela, também interessadas em obter informações e entretenimento com o máximo nível possível de clareza, compreensão e precisão. No entendimento do comunicador Juan Bordenave (1992, p. 18), o conceito de marginalidade significa justamente “ficar de fora de alguma coisa, às margens de um processo sem nele intervir.” Erro pior ainda é, para ele, culpar os marginalizados por sua condição de excluídos, por estarem “naquela situação de déficit” (ibidem, p. 19). Realmente, sem comunicação não pode existir a participação.

Avaliando se existe vida fora da televisão, o jornalista Ciro Marcondes Filho pontua (2002, p. 79) que o gênero telejornalístico é o mais importante em termos de noticiário de TV e a melhor síntese do formato televisivo, apresentando, também, um caráter existencial e espetacular. Segundo a jornalista Olga Curado (2002, p. 15), o telejornal integra a programação televisiva brasileira atendendo a uma determinação legal e oferecendo ao público informações a respeito de fatos semanais, diários ou mesmo instantâneos. “A notícia é uma informação que tem relevância para o público. A importância de um acontecimento é avaliada pelo jornalista [...]” (ibidem, p. 15-16).

Na concepção de Vera Íris Paternostro (1991, p. 35), o que se considera a desvantagem da televisão (a superficialidade), aliado a uma qualidade (a presença da imagem), pode ocasionar um novo momento no processo global da informação, na



medida em que a TV pode “abrir o apetite” dos telespectadores e incentivar a investigação e a busca mais diversificada por outros dados do fato. De acordo com o editor-chefe do Jornal Nacional (JN), William Bonner (2009, p. 243), a função do JN é oferecer informação objetiva, a fim de que o cidadão construa, de posse dela, sua própria opinião acerca da realidade e exercite a cidadania.

Segundo Kelly Scoralick (2009), práticas sociais decorrem, frequentemente, das discursivas – campo este que abarca a questão identitária, porque, na qualidade de processos de comunicação, as identidades “adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas” (ibidem, p. 195). No caso do discurso midiático, nota-se que ele também pode formar e transformar as identidades – “a mídia nos diz como devemos ocupar uma posição de sujeito” (ibidem, p. 196).

Outro conceito de Goffman é o de representação, como sendo toda atividade individual que se passa na presença contínua de um grupo particular de observadores e que tem alguma influência sobre eles (1985, p. 29). Nessa perspectiva, grupos marginalizados são frequentemente representados de forma estereotipada na mídia, que, muitas vezes, reproduz representações com as quais a sociedade esteja familiarizada e evita propor mudanças ao *status quo* (SCORALICK, 2009, p. 196). Segundo Kelly, as políticas de identidade devem ganhar destaque no telejornalismo. “É preciso usar o poder discursivo (...) para romper as condições desiguais e de conflitos de classe, raça, gênero, entre outras” (ibidem, p. 197). Ela ressalta que a mudança de mentalidade da população passa necessariamente pelo modo como o sentido da informação é percebido e retido pelos telespectadores. “Afim, é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (idem). O jornalismo como mediador do espaço público deve ter, para Kelly, uma comunicação voltada para a informação, a formação e a educação para a cidadania.

#### **4. Análise empírica: deficientes visuais no Jornal Nacional**

O noticiário aplicado neste estudo é o Jornal Nacional, lançado em 1º de setembro de 1969 como o primeiro telejornal brasileiro de exibição simultânea, em rede e ao vivo. A TV Globo continua sendo a maior rede de televisão do Brasil, estando entre as quatro maiores redes televisivas do mundo, e o JN, o telejornal de maior audiência do País. Numa análise empírica, pesquisaram-se, no arquivo de vídeos *online* do Jornal Nacional ([www.globo.com/jn](http://www.globo.com/jn)), matérias jornalísticas que fizessem referência à deficiência visual e/ou aos cegos. Por meio de palavras-chave como “cego”, “cegueira”,



“deficiência visual” e “deficiente visual”, foi possível rastrear o acervo virtual e encontrar 11 notícias no primeiro semestre de 2011, aludindo a essa temática. Para o presente trabalho, foram selecionadas as seis matérias situadas no período entre fevereiro e junho deste ano. As cinco referências identificadas em janeiro giram em torno do Campeonato Mundial Paraolímpico de Atletismo, disputado na Nova Zelândia, e foram desconsideradas nesta avaliação, dadas a especificidade do assunto (esporte) – o que merece um enfoque direcionado – e as limitações de espaço em formatos como artigos, além de o portal eletrônico não haver disponibilizado esses vídeos – há, apenas, textos e fotografias. Metade das seis matérias avaliadas tem a deficiência como mote principal, e, nas outras três, personagens cegos despontam como que em segundo plano.

Na edição de 3 de fevereiro do JN, foi publicada uma matéria com duração de 2 minutos e 28 segundos (incluindo a ‘cabeça’, texto de abertura dito pelos âncoras em estúdio), sobre o projeto “Carnaval paulistano – só não vê quem não quer”, criado pela Prefeitura de São Paulo para incluir cegos no Carnaval. Precedendo o VT (*videotape*, a reportagem editada e pronta para exibição), a apresentadora Fátima Bernardes anuncia: “A pouco mais de um mês do Carnaval, um projeto inovador está abrindo as quadras das escolas de samba de São Paulo para grupos de deficientes visuais.” Em seguida, William Bonner completa: “A repórter Neide Duarte acompanhou uma dessas visitas ontem à noite.” Ela começa com a frase: “*Eles* estão se preparando para o Carnaval *como todo sambista*” (grifos meus). Iniciar com o pronome “eles” demonstra logo que se está falando de “outros” – a ideia de alteridade fica subentendida. Já a expressão “como todo sambista” aponta para uma noção de igualdade em meio à diferença.

Em seguida, a repórter apresenta, em seu *off*, quem são “eles”: “Ensaiam as batidas dos instrumentos. *Eles não são da escola*, mas *vieram descobrir* as belezas do Carnaval: são 45 cegos que participam de um projeto de inclusão no Carnaval de São Paulo” (grifos meus). Novamente, percebe-se um contraste: “eles não são da escola”, ou seja, não pertencem diretamente àquele universo, estão ali como visitantes; “mas vieram descobrir as belezas”, chegaram, foram incluídos no contexto mencionado.

Em outro momento, Neide Duarte diz: “Na quadra da escola, *uma aula para identificar o som* de cada instrumento” (grifo meu). A noção de aula comporta a existência de professores e aprendizes, reforçada pela expressão “identificar o som” – os cegos estão ali para aprender a perceber algo, nesse caso pelo sentido da audição. Tanto é que, no som ambiente da matéria, capta-se a instrução de um sambista no papel de “professor”, explicando aos cegos que a caixa é o instrumento agudo da bateria.

Com relação às sonoras, há uma entrevista com o diretor da SPTurismo, Luis Sales, representando uma fonte oficial: “Participam do ensaio, *eles* [cegos] vão ao Sambódromo, *eles* vão assistir o desfile, e, por fim, nas campeãs, todo o grupo vai desfilar.” A ideia de alteridade também está presente na fala, pelo uso sucessivo do pronome “eles”. Já uma das deficientes, ao experimentar a fantasia, declara: “O tecido *parece* um tecido brilhante” – sobressai a impressão visual que ela tem, advinda do sentido tátil e logo confirmada pela imagem telejornalística, revelando ao telespectador vidente (não cego) que, de fato, o tecido é brilhante, em cor dourada.

“Dona Arlene conseguiu um professor especial: aprende a tocar caixa com [o ritmista] Tubarão. Ele *perdeu a visão* há seis anos, *mas não o lugar na bateria. Antes tocava surdo* [instrumento musical de grandes dimensões]”, destaca a jornalista – aqui, desponta a percepção de que a perda da visão não implica, necessariamente, uma “des-sociação” ou a perda de certas funções e identidades (no caso, de músico). Logo em seguida, Tubarão complementa: “*Agora, estou tocando caixa*, porque a caixa é um instrumento mais fácil pra *mim* me locomover na avenida” – por outro lado, a deficiência visual trouxe mudanças na vida do ritmista; uma delas foi essa readaptação, em que ele trocou o antigo instrumento por outro, facilitando a locomoção.

Neide diz que “[o auxiliar administrativo] Fabiano quer saber como se comportar no desfile e quis vestir a fantasia”. Ela lhe pergunta em seguida: “O que é que tem na sua cabeça?” Ele responde, enquanto a câmera faz um leve movimento de *tilt* (subida, panorâmica vertical) e *zoom in* (aproximação) na cabeça do personagem: “Tem uns prédios, um helicóptero”. Nesse caso, a imagem da fantasia confirma que a resposta de Fabiano estava correta – implicitamente, aproxima-se a figura do cego com a do não cego, já que ambos são capazes de perceber aqueles mesmos objetos.

A repórter prossegue em seu *off* (narração coberta por imagens): “A fantasia de Diego foi outra: *dançar com* a princesa da bateria. Airton aproveitou a brecha e *também se enturmou*, mas quem *ganhou um abraço* foi Diego” (grifos meus). Outra vez, deficientes e videntes (no caso, a princesa da bateria Joice) são aliados – “dançar com” e “ganhou um abraço” revelam esse contato de aparente igualdade. Por sua vez, “também se enturmou” reforça a noção de inclusão, de entrada em algo, por assim dizer. Sobre a beleza da sambista, o auxiliar de produtos Diego de Castro comenta: “A beleza dela depois que eu descobri, maravilhoso”. A repórter interroga: “Como é que você descobriu?” Diego responde: “Na hora que eu *peguei* nas mãos dela, deu pra *sentir a delicadeza das mãos*, o gingado.” Novamente, reforça-se outro sentido além do da visão





– nesse caso, o do tato, compensando a falta do visual. A repórter enfatiza que “a beleza de Joice encantou todo mundo”, sendo sucedida pela fala da cantora lírica Giovana: “Nossa, que cabelo lindo!” – pela imagem, vê-se que a deficiente obteve essa percepção também pelo tato, sendo que sua concepção de beleza é peculiar, não se apoia no visual.

“Giovana é cantora lírica e *se sentiu à vontade* junto com a bateria da escola. Os outros cegos, inspirados pelo ritmo, *entraram no clima* e fizeram da quadra o espaço da Apoteose”, salienta a jornalista – com mais expressões para reforçar a semântica da inclusão. Por fim, o tecnólogo Airton Rio Branco acentua: “*No meu imaginário*, eu estou *vendo tudo, sentindo tudo*, e com um detalhe: dessa vez, *interagindo*” – a fala de Airton confirma, primeiramente, a possibilidade de deficientes visuais “verem”, não da mesma forma que os videntes, mas, sim, de “verem” com outros sentidos que não o da visão, podendo “sentir tudo”. “Dessa vez, *interagindo*” parece mostrar que a proposta de inclusão dos cegos àquele contexto foi alcançada – o que sugere noção de igualdade e convivência com os demais, embora se saiba que tal relação foi verificável naquela situação mostrada pela reportagem, num local e numa ocasião específicos, o que não quer dizer que essa inclusão se dê ilimitadamente, em todas as esferas da sociedade.

Já no JN de 10 de março, a matéria de fechamento do noticiário é antecedida com a fala de Bonner: “Antes de encerrar esta edição, o Jornal Nacional *tem que apresentar para você* um lugar que permite a pessoas com deficiência física entrar em contato direto com a arte. É a repórter Neide Duarte quem mostra” – o trecho grifado é curioso, pois “tem que apresentar” parece apontar para uma obrigação ou necessidade do telejornal. O VT trata do Memorial da Inclusão, um museu criado para preservar a memória da luta dos deficientes físicos por seus direitos, desde 1981, Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A matéria, com 2 minutos e 32 segundos de duração, começa com dois deficientes visuais apalpando objetos e tentando identificá-los. Observa-se que ambos aparecem “sem rosto” (apenas as mãos são mostradas no vídeo), como que sem identidade, ou melhor, a identidade sugerida pelo conjunto audiovisual é justamente a de cego, reconhecível por mãos tateando e pela fala dos personagens, “traduzindo” em palavras aquilo que não veem, mas sentem pelo tato.

O texto em *off* da repórter apresenta, inicialmente, o local: “O Museu da Pessoa com Deficiência é pequeno, ocupa pouco espaço. Este memorial foi criado para que a história não se perca. Uma luta que começou em 1981, Ano Internacional da Pessoa com Deficiência. Tempo de passeata pelo centro de São Paulo: cadeirantes e até uma

mulher numa maca. *Os cartazes eram tão simples quanto os desejos.*” Imagens de arquivo da época mencionada são expostas enquanto Neide faz seu relato. Quando diz que “os cartazes eram tão simples quanto os desejos”, o sentido dessa frase só se completa com a imagem mostrada – um cartaz colado atrás de uma cadeira de rodas, no qual se lê: “Temos direito a: trabalho! Transporte! Estudo! Reabilitação! Lazer!” Pontua-se, aqui, uma crítica à matéria: apesar de abordar temas como deficiência e inclusão, essa parte da reportagem acaba excluindo deficientes visuais que eventualmente estejam acompanhando o JN, uma vez que a imagem, muito significativa naquele contexto e crucial para a compreensão do que a jornalista queria dizer, não foi descrita verbalmente – o que exclui, também, analfabetos e telespectadores com dificuldade de leitura, até porque a cena teve duração de apenas dois segundos.

Entre outros momentos da reportagem, destacam-se a seguir os mais relacionados à deficiência visual. “Caminhos sinalizados, informações em Braille, áudio para substituir a leitura: essas são algumas conquistas reunidas no Memorial da Inclusão”, salienta Neide Duarte em *off*. Ao dizer “caminhos sinalizados”, mostra-se um deficiente visual andando sobre o tal caminho, utilizando uma bengala – novamente, trata-se de um “cego sem rosto”, pois a imagem é enfocada nas pernas do personagem. Quando é dito “informações em Braille”, a fala da repórter é interrompida pela cena de um cego, agora com o rosto mostrado, lendo na linguagem Braille (pontos em alto relevo): “obra Santo Antônio”, numa legenda situada logo abaixo a um quadro. Já quando se enuncia “áudio para substituir a leitura”, exhibe-se outro deficiente visual, também “com rosto” dessa vez, escutando uma espécie de “livro falado”.

O *off* continua: “Uma oportunidade rara. [O radialista] Beto pode dizer que *viii* uma obra de Portinari” – à semelhança da reportagem anterior, está presente a ideia de que é possível “ver” sem os olhos. O personagem reforça: “Uma réplica perfeita. Consigo sentir os tecidos, o crucifixo. Eu já li muito sobre Cândido Portinari, mas ter contato com a obra em si, esse contato tátil é algo que emociona”. Na maior parte de sua fala, enfocam-se os detalhes da obra “Santo Antônio” citados e tocados por Beto, como o tecido e o crucifixo. O VT termina com o depoimento da curadora, Elza Ambrósio: “Ao construir esse *espaço acessível*, um dos objetivos foi que as pessoas, principalmente as pessoas com deficiência, *participem* desse espaço, que foi *feito para elas*” – os termos grifados contribuem para reforçar o tema da inclusão.

No JN de 11 de abril, o programa exibiu uma matéria com duração de 2 minutos e 45 segundos, sobre os 65 anos de atuação da Fundação Dorina Nowill em prol dos



deficientes visuais. Na “cabeça” da matéria, Bonner enaltece: “Em 2011, a iniciativa de uma mulher que mudou a vida dos deficientes visuais no Brasil está completando 65 anos. A gente vê na reportagem de Alan Severiano.” A matéria começa abordando a história de vida de um personagem. “*Foi de repente. Aos 33 anos, a vida deu uma reviravolta. As veias da retina se romperam, e [o advogado] Marcelo perdeu quase toda a visão.*” A narrativa parece querer fazer com que qualquer telespectador vidente se identifique com a história, porque, se “foi de repente” que a vida do entrevistado deu uma reviravolta, esse acidente pode acontecer com qualquer pessoa. “Foi um luto de se fechar em casa no meu quarto. Eu pensei que a vida tinha realmente acabado”, declarou.

Novamente, um caso de superação da deficiência é atrelado à ajuda alheia: “isso faz oito anos. Hoje, *com a ajuda de um cão guia e de um programa de computador*, ele faz parte da equipe de advogados de uma multinacional.” Nessa situação, o auxílio continua vindo de um ser vidente – o cão guia –, além de um respaldo eletrônico, vindo de um *software*. “Eu *reaprendi a fazer o que sabia de outra forma e hoje convivo bem com esse aparato tecnológico*”, afirmou. A fala de Marcelo demonstra que ele teve de se (re)adaptar à sociedade, e não o contrário – em vez de inclusão, sobressai a integração.

“*O recomeço não foi fácil*, como acontece com todos que passam pela Fundação Dorina Nowill, em São Paulo. A instituição leva o nome da pedagoga que ficou cega aos 17 anos e foi a *primeira deficiente visual a estudar em uma escola regular*”, realça Alan. Dizer que “o recomeço não foi fácil” sugere a existência de dificuldades na tal readaptação, mas estas não foram explicitadas claramente pela reportagem. Já quando se informa que Dorina foi a primeira deficiente visual em escola regular, percebem-se o pioneirismo da profissional e a ideia de integração (‘em uma escola regular’).

O repórter destaca que, “por ano, 64 mil livros são distribuídos gratuitamente para bibliotecas e deficientes visuais em todo o País. Além de publicações em Braille, tem também livros digitais e os livros falados. Assim, muitos *reaprendem* a ler, a entender formas, a se localizar.” A deficiência visual é entendida como um problema que, de certa forma, exige reaprendizagem e readequação. “Outros dão os primeiros passos. Os bebês são estimulados para *evitar atraso* no desenvolvimento” – aqui, a cegueira infantil desponta como causa de atraso, conforme a fisioterapeuta Márcia Silva reforça em seguida. “Geralmente, eles [bebês com deficiência visual] *demoram mais* para engatinhar, eles *demoram mais* para andar. *Quando a gente estimula*, eles aprendem naturalmente. Isso vai ajudá-lo na sua expressão corporal” – a fala da



especialista associa deficiência a atraso no desenvolvimento, o que pode ser combatido quando “a gente” (fica implícita a referência aos videntes) estimula esses bebês.

Em sua fala, o presidente da Fundação, Adermir Ramos da Silva, acentua que ali “*não é lugar de coitadinho*, ninguém tem pena. *Ele* [o cego] tem a deficiência. *Ele* precisa superar *uma barreira*, mas fora isso *é uma pessoa capaz* de realizar seus desejos, e é isso que Dorina nos ensinou.” A ideia de alteridade reaparece, pelo uso do pronome “ele”, bem como a de que a cegueira é um obstáculo superável, pois os deficientes são capazes de realizar seus desejos, segundo Ademir. De novo, a possibilidade de vencer na deficiência é atrelada mais ao indivíduo cego do que a uma conscientização vinda da sociedade como um todo em prol da inclusão de fato.

“Bruno segue esse caminho. Nasceu cego, passou a frequentar a Fundação e, aos 11 anos, *tira de letra o convívio* na escola com crianças que enxergam” – o *off* corrobora a habilidade do deficiente em se integrar e conviver com quem vê. A matéria é finalizada com o depoimento de Bruno: “Não adianta você viver em um ambiente que só tem pessoa que tem o seu *problema*, senão você não vai *se acostumar com o mundo*.” Fica a mensagem final de que a integração é importante para os deficientes, mas não tão enfaticamente a de que cabe à sociedade participar ativamente no rompimento de barreiras discriminatórias, promovendo a inclusão. Em outras palavras, o cego pode “acostumar-se com o mundo”, mas o contrário nem sempre ocorre.

As outras três matérias não tinham a deficiência visual como “gancho” ou tema principal, embora personagens cegos tenham aparecido. Em 8 de abril, um dos acontecimentos mais comentados era a tragédia em Realengo, no Rio de Janeiro, em que Wellington Oliveira havia entrado numa escola e atirado contra alunos, antes de se matar, no dia 7. Uma das reportagens tinha como mote o caso do professor de Geografia Luciano Faria, que ajudara uma das turmas a escapar da mira do assassino. Mais ao fim do VT, a repórter Bette Lucchese diz, em *off*, que nenhum aluno dele se feriu e destaca: “Uma das estudantes é deficiente visual e *recebeu a ajuda* dos amigos” – aqui, a figura do cego está associada à dependência em relação à ajuda de videntes. O texto é coberto por imagens do próprio Luciano, que, em seguida, completa: “Na hora que ela correu, *os alunos a ajudaram a descer*, e ela chegou em segurança lá embaixo, graças a Deus” – evidencia-se a solidariedade dos colegas videntes para com a aluna cega.

Já em 18 de junho, o JN noticiou que o Festival de jazz reunia músicos brasileiros e estrangeiros em Paraty (RJ). Naquele sábado, “os turistas puderam acompanhar uma canja inesperada”, pelo grupo Playing for Change, cuja versão de



“Stand By Me” era sucesso mundial e havia sido acompanhada em vídeo por 32 milhões de internautas. O repórter ressalta: “Maior ícone da banda, o americano Grandpa Elliott, de 66 anos, *é cego*. Já tocou em grandes palcos mundo afora e hoje *se sentiu à vontade* em Paraty.” Como na matéria sobre deficientes visuais no Carnaval, usou-se a expressão “sentiu-se à vontade” relacionada à figura do cego. Nesta notícia, a deficiência visual não diminui o talento do personagem, realçado como sendo o “maior ícone da banda”; todavia, o distingue – “é cego”. Não se pode inferir que a cegueira foi apontada como a causa de ele ser o maior ícone do grupo musical; a deficiência é uma das características ressaltadas pelo repórter, uma “marca social” que remete a um “estigma”.

Por fim, no dia 21 de junho, o JN veiculou uma matéria sobre estudantes recebendo, no Theatro Municipal do Rio, medalha de ouro da Olimpíada Brasileira de Matemática, da qual participaram alunos da rede pública entre a 6ª série do ensino fundamental e o ensino médio. Do número recorde de 19,6 milhões de concorrentes, 504 conseguiram o prêmio. Na reportagem, o repórter acentua: “*Entre os alunos premiados, Laura. Ela é cega* desde muito pequena e estuda no interior de Minas Gerais. *A professora dela aprendeu Braille* para poder ensiná-la, e *agora Laura é medalhista de ouro*.” Laura é destacada como diferente “entre os alunos premiados”, por ser cega, isto é, a deficiência visual aparece, aqui, como “marca distintiva” e barreira superada. Afinal, “agora Laura é medalhista de ouro” – a identidade de deficiente visual não impediu que a garota se tornasse uma medalhista e assumisse a identidade de vencedora. Mas, para isso, Laura contou com o apoio da professora, conforme a própria aluna disse: “Minha professora *me ajudou bastante*” – fica outra vez implícita a noção de dependência do deficiente para com um vidente. Outras fontes foram ouvidas, como estudantes e um profissional de educação – todos eles com visão.

## 5. Considerações finais

Certamente, é importante que telejornais abordem a questão da deficiência. Nesse sentido, o JN trouxe contribuições, na medida em que apresentou iniciativas de integração ou inclusão social e cultural de deficientes. O noticiário alternou entre os termos “cego(a)” e “deficiente visual” para referir-se às personagens mencionadas, os quais são mesmo os mais comuns e aceitáveis, em detrimento de denominações pejorativas como “aleijado” ou inadequadas como “portador de necessidades especiais”. Os cegos mencionados não foram representados como sendo coitados, o que é positivo.



Das seis reportagens apreciadas, cinco mostram o cego convivendo com ou se integrando a videntes: aprendendo sobre Carnaval com sambistas, estudando na mesma escola (como o garoto Bruno e a adolescente Laura) ou trabalhando na mesma empresa (como o advogado Marcelo) que pessoas com visão. Apenas no VT sobre o Museu da Pessoa com Deficiência, o foco foi um espaço criado especialmente para deficientes, no qual a interação com videntes não está posta em primeiro plano.

O tato e a audição prevaleceram como outros sentidos que compensariam a falta da visão, conforme se verificou mais diretamente em duas matérias: a que aludiu ao Carnaval e a que tratou do Memorial da Inclusão. Notou-se, também, que, todas as vezes em que houve referência a cegos no JN entre fevereiro e junho deste ano, os deficientes estavam já incluídos ou em fase de inclusão em determinado contexto.

Nessa perspectiva, quase sempre se transmitiu claramente a figura do “cego vencedor”, que superou a deficiência, como é o caso do advogado Marcelo, do músico Grandpa Elliott e dos estudantes Bruno e Laura. É como se a força de vontade e as habilidades individuais bastassem para o deficiente vencer na vida. Além disso, fica implícita a dependência de cegos para com videntes em parte das matérias: a menina Laura conseguiu uma medalha com a ajuda da professora; a aluna cega na escola de Realengo foi salva do assassino com o apoio de outros colegas; o grupo de deficientes que se prepara para o Carnaval tem o subsídio de sambistas com visão.

Por outro lado, percebem-se certos silenciamentos no noticiário: não se falou de deficientes visuais que ainda não conseguiram incluir-se na sociedade; não foram explicitadas orientações sobre como a sociedade em geral pode adaptar-se aos cegos, nem sobre como videntes podem conviver melhor com eles; casos de preconceitos e discriminação contra deficientes visuais não foram abordados; também não se frisou em que é preciso avançar em termos de acessibilidade. Tais ausências no período analisado revelam que, embora o telejornal aborde o tema da deficiência visual, ainda existem inúmeros assuntos conexos a serem aprofundados e mais bem esclarecidos, indo além dos “casos de sucesso” para mostrar as barreiras persistentes e conscientizar sobre como cada cidadão pode fazer sua parte para melhorar a realidade dos deficientes no País.

Finalmente, pontua-se que praticamente não é oferecida, na TV brasileira, a opção da audiodescrição – narrativa oral, sucinta e objetiva com as informações relevantes de cenas, cenários e imagens, que pode ser transmitida, no caso de atrações televisivas, pelo programa secundário de áudio (SAP), beneficiando, além de deficientes visuais, os analfabetos, pessoas com dislexia ou dificuldades cognitivas que as impedem



de ler o texto escrito no vídeo. Apesar de o Governo Federal ter anunciado a implementação gradual da audiodescrição na televisão aberta brasileira desde o dia 1º de julho deste ano, os telejornais em geral ainda não aplicam o recurso no Brasil, o que acentua a exclusão midiática de pessoas com deficiência visual. Afinal, conforme observado em outro trabalho do autor, sobre recepção telejornalística por cegos (MACHADO, 2009), muitas informações relevantes são transmitidas apenas pela imagem, até devido ao tempo limitado do noticiário na programação e ao próprio ritmo ágil da TV, impedindo que telespectadores cegos usufruam mais plenamente do direito à informação e compreendam melhor o conteúdo. Logo, é possível e necessário ir além da integração, para que o processo de inclusão seja cada vez mais promovido e consolidado, inclusive pela mídia, fortalecendo-se a cidadania e a democracia.

## REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: teoria e metodologia**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2004.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BONNER, William. **Jornal Nacional: modo de fazer**. Rio de Janeiro: Globo, 2009.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CURADO, Olga. **A notícia na TV: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo**. São Paulo: Alegro, 2002.
- FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.30, p.1-9, abr./jul. 2005.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- MACHADO, Marcello Pereira. **Dois janelas abertas: uma análise sobre a recepção de telejornal por cegos**. 2009. 190 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: a saga dos cães perdidos**. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.
- PASCARETTA JÚNIOR, Vicente. **A cegueira na humanidade: do mecanismo da visão à catarata**. Recife: Linceu, 2008.
- PATERNOSTRO, Vera Iris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SCORALICK, Kelly. **A representação das minorias marginalizadas no telejornalismo**. Revista de C. Humanas, vol. 9, nº 2, p. 191-203, jul./dez. 2009.